

O que o Jornalismo quer sobre o passado? a Revista História Viva na Esfera da Publicização Histórica

What does journalism want about the past? The História Viva Magazine in the Sphere of Historical Publication

Alexsandra dos Santos Goiana¹

Rosilene Alves de Melo²

Resumo: Este artigo analisa a relação entre história e mídia a partir do estudo sobre a Revista História Viva, uma publicação periódica criada em 2003 com a pretensão de circular entre o grande público. A intenção da Revista História Viva era se apresentar ao mercado como um veículo midiático voltado para a produção e a divulgação histórica, a partir da divulgação de textos baseados em produções acadêmicas. Neste sentido, a publicação utilizava o conhecimento produzido pelos historiadores profissionais sob o formato de textos jornalísticos. Assim, o periódico traz questões importantes a serem debatidas sobre a o conhecimento de mundo e o passado produzido fora do ambiente acadêmico, sobre a História Pública e sobre as relações entre história e mídia. Do ponto de vista metodológico, buscamos analisar a produção escrita da revista, a fim de identificar a ocorrência da produção historiográfica de caráter ético, respeitando as regras teóricas do campo da história, já que esse editorial não é produzido apenas por historiadores, e os regimes de historicidade entre estes e os jornalistas são distintos. Concluir-se apresentando o papel do pesquisador em História, destacando a democratização do conhecimento e como as mídias são multiplicadoras de informações.

Palavras-chave: história pública; Revista História Viva; mídia.

Abstract: This article analyzes a relationship between history and media from a study of the História Viva magazine, a periodical published in 2003 with a circular intention among the general public. The intention of History Magazine was to present a market as a media vehicle focused on historical production and dissemination, based on the dissemination of texts created in academic productions. In this sense, a publication uses the knowledge produced by professional historians in the form of journalistic texts. Thus, a publication brings important questions to be debated about the knowledge about the past produced in academic environments, about Public History and about relations between history and media. From a methodological point of view, we sought to analyze the written production of the magazine in order to identify the occurrence of historiographical production of an ethical nature, respecting the theoretical rules of the field of history, since this editorial is not produced only by historians, and the regimes of historicity between these and journalists are distinct. We conclude by presenting the role of the researcher in History, highlighting the democratization of knowledge and how the media multiplies information.

Keywords: public history; História Viva Magazine; media.

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: alexsandrasantos006@gmail.com

² Professora da área de Teoria e Metodologia da História no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, campus Cajazeiras). E-mail: rosileneamelo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Há uma busca excessiva pela presentificação do passado, não tardiamente, escrever sobre o passado tornou-se um negócio. Na contemporaneidade, trabalhar com o passado agora é rentável, e em um mero estalar de dedos nos deparamos com um emaranhado de publicações que enfatizam a história em diversos níveis de historicidade, esse campo, que antes era de exclusividade do historiador, foi preenchido por outros profissionais que buscam atingir um grande público.

Mas que história é essa escrita e vendida por profissionais não especializados em história? Mais do que isso, o que o jornalismo tem a dizer sobre o passado? Essas questões foram o ponto de partida deste estudo que tem como objetivo principal pensar sobre a historiografia contemporânea e seus processos de construções por outros profissionais. Assim, objetivamos compreender e retratar a escrita historiográfica entre historiadores e não profissionais, utilizando como principal objeto de estudo a Revista História Viva do editor Alfredo Nastari, como veículo de informação, na qual quem a produz tem sempre o objetivo de propagar uma informação, seja política ou social (Nastari, 2003). Dessa forma, faz-se necessário uma análise mais profunda do periódico supracitado, uma vez que, o grupo que a constrói detém uma postura ideológica.

Para se pensar a divulgação histórica optamos por adentrar no campo da história pública (Almeida, 2011), que propõe o alargamento da historiografia para além das paredes da instituição, ou seja, uma democratização do saber histórico. Nessa mesma esfera de análise, buscamos refletir sobre a escrita da história a partir da operação historiográfica de Michel de Certeau (1982), que enfoca as relações entre o lugar de fala e a escrita histórica, enfatizando como essa operação efetiva-se no momento em que há a transição da prática investigativa para a escrita da história. Vale salientar que nosso propósito não é se opor a produção acadêmica científica, mas sim contribuir para sua disseminação como informação ao público.

Por que realizar uma pesquisa histórica envolvendo história e mídia a partir da análise da revista História Viva? A revista interessa-nos pelo diálogo que estabelece entre o acontecimento histórico e o discursivo e, principalmente, por ser

uma produção dirigida a um grande público não especializado. A História Viva foi selecionada por possuir em sua periodicidade a publicação de edições especiais temáticas, denominadas História Viva Grandes Temas, na qual, dentro da política brasileira, Getúlio Vargas foi o único que recebeu destaque como grande tema, enquanto a revista ainda circulava como referência de construção de conhecimento histórico. Logo se percebe que havia um interesse em falar sobre Vargas, ou seja, é um tema rentável.

Cumprido, então, a necessidade de um investimento mais detido, capaz de destacar a importância na academia, já que o termo aspira uma história como entretenimento. Assim, a história pública apresenta-se como um caminho para se pensar a revista História Viva, tendo em vista que o conhecimento não se encontra apenas na academia, pois podemos aprender história frequentando um museu, assistindo a um filme ou lendo uma revista. Embora, o conhecimento histórico tenha enveredado na esfera da democratização de saberes e de conhecimento, há diversos desafios nesse ramo, o que tem causado insônias aos historiadores, pois muitos desses se preocupam com o teor da história que vem sendo disseminada por jornalistas e outros profissionais que se deleitaram sobre a divulgação de acontecimentos históricos.

2 NA ESCRITA DA HISTÓRIA: JORNALISTA E HISTORIADORES

Escrever sobre história tornou-se rentável, e o passado, uma peça de valor. A demanda de escrita da história para um público leigo tem sido suprida não apenas por historiadores, mas também por jornalistas que dão sentido mercadológico a essa produção. Mas que tipo de história é essa escrita por profissionais de outra área? Os jornalistas produzem conhecimento histórico?

A historiografia é o objeto de conhecimento das sociedades humanas, e dentro desta categoria é fundamental que a produção histórica seja regida por uma teoria. Notadamente, a passagem do século XVIII para o XIX trouxe mudanças significativas para o fazer histórico, pois a história ganha um *status* científico, e passa a proferir uma reflexão racional.

Filha, na contemporaneidade, de um conjunto de discursos e da dissolução da ideia de verdade absoluta, cabe a seguinte indagação proferida por Jurandir Malerba - “Qual o estatuto do texto historiográfico?” (2006, p. 13). Assim, prosseguimos com as reflexões sobre o movimento histórico e seus artifícios na escrita da história do tempo presente.

Na vertente pós-moderna, a historiografia assenta-se sobre novos pressupostos teórico-metodológicos. “A primeira tese é a do anti-realismo epistemológico, que sustenta que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico [...], que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas” (Malerba, 2006, p. 13).

Fica claro que o olhar investigativo do produtor de história deve partir dos problemas do presente para o passado, não com a ideia de recuperar o passado tal como era, mas de refletir sobre as concepções de história e identificar de que maneira as necessidades do tempo presente redefinem o passado.

Nosso objeto de estudo é a revista História Viva, que no seu editorial apresentava a seguinte equipe de elaboração: o editor geral Alfredo Nastari que possui formação em jornalismo e arquitetura; um editor assistente, Nicolas Fartel; sua editora de arte, Simone Oliveira Vieira; a iconografia ficava por conta de Pietra Stefania, Silvia Nastari e Thiago Fontana, e seus revisores eram Edna Adorno, Luiz Roberto e Marta Almeida de Sá.

Embora o material busque disseminar a história, não há um profissional da área organizando suas páginas, e como veículo de informação, é importante frisar que quem as produz tem o objetivo de propagar uma informação que pode ser política ou social, ou seja, o grupo que as constrói detém uma postura ideológica que se insere e é disseminada em seus periódicos, e em suas páginas encontramos características comuns da área de comunicação e de marketing. Segundo Santhiago:

No mercado brasileiro de revistas, circulam 600 milhões de exemplares por ano. São centenas de títulos que empregam 35.000 profissionais, têm faturamento de 3 bilhões de reais ao ano e são vendidos em 30.000 bancas no país. É um meio de comunicação tradicional em que o público deposita confiança e credibilidade, e que está em posição de prevalência e estado de

vigor dentro do mercado de informação brasileiro (Santhiago, 2005, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, a mídia torna-se um espaço de construção de sentidos em grande escala, já que abarca um vultuoso público que a considera como um meio seguro e responsável de comunicação. Esses sentidos não são processos construídos naturalmente, mas sim acionados por ferramentas portadoras de informações que projetam recursos, através dos quais contribuem para a rememoração ou esquecimento de um fato. É a legitimação de seus próprios pontos de vista.

O receptor é o elemento fundamental da produção midiática, a informação materializa-se na pessoa do leitor, assim a revista é transmutada em ferramenta de construção ideológica e apresenta como verdade a informação veiculada, pois a intervenção de quem escreve concretiza-se na mente de quem lê, possibilitando novas representações.

Há, por conseguinte, uma necessidade de objetividade posta pelo mercado, já que a notícia é um produto e enquanto tal precisa ser vendido. Reproduz-se a ideia de uma verdade amparada pelo senso comum na qual o real se apresenta como um dado a ser revelado (Meneses, 2008, p. 8, grifo nosso).

Essa reflexão evidencia que a história vem sendo tratada como objeto de negócio e que a notícia é cristalizada como verdade. No entanto, para escrever história é necessário se amparar em uma teoria, que dependendo da análise e do objeto de estudo será distinta, pois as técnicas variam de acordo com o contexto histórico. Nesta perspectiva, Michel de Certeau (1982, p. 55) afirma que prática sem teoria é dogmatismo. “[...] em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal”.

Para se livrar desse emaranhado de dogmas, a história precisa ser escrita com base na problematização documental, é por meio dessa análise que o historiador externa o que não foi dito, não com a intenção de propagar uma verdade absoluta, como defendem os positivistas, mas sim visando a disseminar uma história crítica.

É necessário seguir uma teoria para escrever história, só assim evitaremos uma produção de tendências de verdades absolutas, pois este é um fato que preocupa os

historiadores que são comprometidos com a imparcialidade e buscam evitar a polarização de narrativas acríticas.

Os regimes de historicidade entre historiadores e jornalistas são diferentes, o jornalista envolve-se mais com o mercado consumidor, abarca um grande público e seu tempo de produção é acelerado, o que pode comprometer a qualidade da produção historiográfica. O historiador e o jornalista podem até dividir o mesmo objeto de construção de conhecimento, neste caso, a mídia. No entanto, a forma de abordagem do objeto é diferenciada.

[...] a diferença entre historiadores e comunicólogos no modo de compreender os meios de comunicação: em linhas gerais, enquanto para os primeiros as mídias servem para produzir documentos que os possibilite um acesso ao passado, os outros veem os meios de comunicação como tecnologias geradoras de uma matriz social, pertencendo, portanto, à esfera pública, à atualidade, ao presente (Martino, 2008 *apud* Monteiro, 2018, p. 523).

O historiador não produz história para entretenimento, ele se submete a métodos acadêmicos de pesquisa e transforma seu objeto de estudo em conhecimento histórico, pois interroga o passado munido de imparcialidade. Dessa forma, produzir história não é descrever fatos, mas analisar estruturas e lançar um olhar do presente sobre o passado, com uma margem de invenção menos dilatada.

A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu "outro" (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu este distanciamento (Certeau, 1982, p.87).

O ofício do historiador exige destreza, para não dissolver o passado e fragilizar o presente. Afinal, o resultado do empenho do historiador é a historiografia, no entanto, embora a historiografia seja um campo integrante da história, ela não restringe que a história deve ser escrita apenas por historiadores. Nesse sentido, a indagação inicial que nos leva a refletir se o jornalista produz ou não historiografia é suscetível de respostas, pois engloba elementos subjetivos.

Assim, no encadeamento textual das narrativas, o historiador tem por missão problematizar os fatos, pois o documento não fala por si só, é indagando o objeto de pesquisa que ele construirá a narrativa histórica. “[...] como ensina Paul Veyne, que

os fatos não existem isoladamente: eles são inter-relacionados. O esforço do trabalho historiográfico consiste exatamente em relacionar as causas e reencontrar essa organicidade” (Veyne, 1995 *apud* Fonseca; Vargas, 2006, p. 2).

Neste sentido, construir história é se entrelaçar em um emaranhado de questionamentos que ao fim devem ser esclarecidos historicamente. Na história, as investigações alcançam níveis mais explicativos, enquanto no jornalismo a produção é mais imediata e descritiva, pois as informações são produzidas para circuitos de consumo. “O conhecimento do passado não é um dado imediato, a história é um domínio onde não pode haver intuição, mas somente reconstrução [...]” (Veyne, 1998, p. 33). Portanto, para se produzir história de qualidade é necessário obedecer às regras metodológicas.

As práticas das narrativas históricas seguem uma rede conceitual criada pela Escola dos Annales (Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel), além da ampliação das fontes, a problematização é enfatizada e a ideia de documento como verdade absoluta é questionada e desclassificada, e é com base nessa teoria que a produção historiográfica foge do dogmatismo e produz um conhecimento de qualidade.

A produção historiográfica é o ato de transformar a investigação histórica em escrita da história, e tal prática, segundo Certeau (1982), exige comprometimento com instituições teóricas de saber.

A -representação - mise en scène literária - não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio; com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos (Certeau, 1982, p. 88).

Embora esse território de investigações seja frequentado por outros profissionais, a propriedade histórica não se flexiona em relação a práticas comerciais, e a atividade historiográfica exige métodos de pesquisa e análise,

Indubitavelmente a história - enquanto um campo de saber, com regras próprias para a sua produção - mudou no tempo. Mas a chegada de novas mídias, da Internet, e o olhar apurado para o tempo presente não retiram de nós a preocupação típica do historiador (Bloch, 2001, *apud* Maynard, 2016, p. 82).

A história do tempo presente preocupa-se com a seriedade das suas produções. Na esfera da publicização, os comunicólogos devem atender essa articulação de investigação e produção escrita, o não atendimento gera uma falsa percepção, uma ilusão de produção histórica, que é facilmente identificada pelos historiadores, mas irrefletidamente internalizada como histórica pelo senso comum.

A preocupação dos historiadores com a produção historiográfica realizada de forma desenfreada e sem atender as perspectivas teóricas é que a ausência desses elementos dar lugar a interesses afetivos, certamente suas relações deixam de ser com práticas históricas e passam a ser com práxis políticas e mercadológicas. Tal reflexão vai ao encontro do método “inversão escriturária” de Certeau (1982).

Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. Representando nas duas cenas, ao mesmo tempo contratual e legendária, escrita performativa e escrita em espelho, ela tem o estatuto ambivalente de “fazer a história”, como mostrou Jean-Pierre Faye e, não obstante, de “contar histórias” quer, dizer, de impor as violências de um poder e de fornecer escapatórias (Certeau, 1982, p. 90).

A contemporaneidade apresenta-nos um novo terreno de produção histórica, no qual, com a advento das mídias, a fabricação e a difusão do conhecimento histórico tornaram-se um campo habitado por historiadores e profissionais de outras áreas, um verdadeiro território em disputa. Se antes a autoridade da produção historiográfica estava sob a tutela do historiador e o leigo era seu público consumidor, agora os papéis são confundidos nas mídias.

A rígida divisão a que estamos familiarizados entre produtores (homens e mulheres treinados na universidade nos fundamentos da história como ciência, no manejo de fontes e do método crítico) e consumidores de conhecimento sobre o passado se destina em alguma medida a salvaguardar a autonomia dos historiadores profissionais. O processo de ampliação vertiginosa de protagonistas e meios de circulação da história, porém, coloca em xeque aquela divisão. O discurso da autoridade não cola bem no mundo real - muito menos no mundo virtual (Malerba, 2017, p. 144).

A crítica do historiador a essa nova nomenclatura parte da ausência de contextualização e de criticidade nas produções tidas como históricas, que na verdade perdem o significado histórico sem a crítica documental, e assim a produção dita histórica pelos comunicólogos torna-se somente porta voz ideológico. As escritas sobre o passado disseminadas mudam as mentes dos leitores, por isso a história produzida para além de circuitos institucionais não deve perder seu cânone científico e analítico, e se debruçar sobre o efêmero.

Não há problema em haver entrelaçamento entre história e comunicação, desde que essa ligação seja marcada pela ética teórica e profissional. Tomamos o pensamento:

Jacques Le Goff (1999) sobre seus anseios em relação aos historiadores do presente e os jornalistas. O que espero dos historiadores da difícil história imediata [ou do tempo presente], inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes.

- ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente;
- manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes;
- não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar;
- tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todo os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam (Le Goff *apud* Monteiro, 2018, p. 534).

Entre jornalistas e historiadores há inter-relações, e esses cruzamentos necessitam de muita maturidade e responsabilidade, para que o campo histórico não seja prejudicado com o fetiche do imediatismo. A presença desses novos “produtores” de história não é em si algo condenado pelos historiadores, pois a preocupação não se fundamenta em quem produz a história, mas como se produz essa história, pois essas narrativas podem ser nocivas as estruturas sociais, já que para o historiador a criticidade é um dever moral do seu ofício social.

3 HISTÓRIA PÚBLICA: UMA PRODUÇÃO ALÉM DE CURCUITOS INSTITUCIONAIS

A história pública ganha espaço no Brasil nas discussões sobre produção histórica a partir de 2011, após o Curso de Introdução à História Pública e a publicação do livro *Introdução à História Pública* (Zahavi, 2011), e também do Simpósio Internacional de História Pública, em 2012, cujo objetivo é aproximar o conhecimento histórico para um público além da academia, o que para os historiadores é a possibilidade de democratizar o conhecimento.

Embora o conceito tenha sido alvo de estudos recentes no Brasil, não é tão novo quanto imaginamos, ele nasceu na Inglaterra em 1970. Em 1981 é inaugurado o primeiro curso de história pública com Paul Mattingly e Daniel Walkowitz, em Nova York, nos Estados Unidos, o foco estava sob o uso público da história.

Hoje sabemos que não se produz história apenas na academia, nem se dissemina esse conhecimento somente através de livros impressos. As narrativas sobre o passado circulam por várias plataformas midiáticas. No mundo digital, historiadores e leigos atuam e dividem o mesmo espaço de produção histórica, mas com regimes de historicidade distintos.

Nas avenidas midiáticas, o passado é consultado com um clique, esse mundo de conexão contribuiu para a democratização da história, no entanto, o campo científico da história apresentou também preocupações e desafios. Frequentemente temáticas históricas são abordadas por meios midiáticos, desses, optamos pela revista *História Viva* que traz uma edição especial com o tema: *O Brasil que Getúlio sonhou* (2004), que reproduz em suas produções desde escritas por historiadores e jornalistas até arquitetos com diferentes perspectivas e temporalidades, e desperta discussões sobre história e mídia, sendo a história pública o campo para se pensar a mídia como forma de divulgação da história neste estudo.

A história Pública é um conceito que abrange as múltiplas formas de aprender em outros âmbitos além do institucional. Assim, ultrapassa os foros acadêmicos. Dessa forma, a produção histórica não se direciona apenas a profissionais acadêmicos, mas a um público diverso. Neste sentido, a história pública busca

trabalhar dentro de uma perspectiva de ampliação do seu público e de ocupações de espaços não acadêmicos.

Segundo Liddington, a prática da história pública corresponde à apresentação popular do passado para um leque de audiências, por intermédio de museus e patrimônios, filmes e ficções. Entretanto, como assinala a autora, a simplicidade da definição oculta a complexidade e desafios de um estudo que está intimamente relacionado à questão de como adquirimos nosso senso de passado, mediante memória e arquivos e, certamente, do modo como esses passados são apresentados publicamente - isto é, como é mediado nosso sentido de passado. Logo, trata-se não apenas de pensar na ampliação do público, mas também de ponderar a respeito daqueles que estão fazendo uso do passado e da maneira como este está sendo construído no presente. Assim, a história pública seria um movimento de difusão histórica e, ao mesmo tempo, de reflexão a respeito dessa difusão. Trata-se, ainda, não apenas dos atores e coadjuvantes de determinadas iniciativas de divulgação, mas do processo de construção das representações da história (Liddington, 2011 *apud* Ogassawara; Borges, 2019, p. 41).

Assim, tal abordagem configura que a história pública não despreza o caráter analítico e ético da produção história, mas que almeja democratizar o conhecimento de qualidade, atingindo um público para além dos leitores das monografias amareladas e engavetadas, com o objetivo de combater um público acrítico.

Nesta arena, a história é centrada na multimídia, na qual se transforma produção acadêmica em informação pública. Dessa forma, não se aprende nem se ensina história apenas através da academia, portanto, é necessário que os historiadores ocupem os espaços de produções midiáticos e desativem o campo minado instalado por profissionais que impregnam os mesmos de anacronismo e mera descrição de fatos, pois evitar o debate não nos parece uma assertiva correta.

Nesse processo de alargamento de horizontes em que o passado é rentável, a preocupação está em atingir um novo público sem perder a historicidade, cabe então ao historiador do tempo presente adentrar e ocupar as produções históricas da rede, pois frequentemente trabalhos acadêmicos são utilizados, modelados e descontextualizados por outros profissionais a fim de publicar uma historiografia de caráter linear e que, objetivamente, faz mais sentido entre a audiência leiga.

Com base nas reflexões propostas por Liddington (2011, p. 32), o passado é posto nas vitrines “E passado significa negócio. Produtores de rádio vasculham seus

contatos em busca de historiadores capazes de resumir a pesquisa atual em umas poucas sentenças”. O propósito é uma produção imediatista para vender a um público não profissional, mas que gosta de história.

A despeito das críticas a essas molduras descritivas e redundantes que se configuram no mercado como históricas, ressalta-se que apenas os detalhes biográficos dos personagens históricos, lançados como heróis ou vilões dentro da teoria não é história. Embora essas escritas sejam alvos de críticas e fujam do emaranhado histórico, é justamente dentro da categoria da história que tem ganhado o título de best-seller.

Temos como exemplo as produções sobre o ex-presidente Getúlio Vargas, produzidas pelo jornalista Lira Neto (2013) em sua trilogia, o público leigo aprovou seus volumes e em 2014 a autor ganhou o prêmio Jabuti com o segundo volume de sua produção. “[...] parte considerável dos best-sellers escritos sobre temas históricos não são obras de membros da corporação” (Maynard, 2016, p. 90).

Na esfera da publicitação histórica, a história pública busca refletir e envolver o historiador do tempo presente na arena de democratização do conhecimento, levando-o a ocupar o campo e colocando em primeira instância o caráter analítico.

Pois a imprensa é na contemporaneidade uma nova forma de administrar a informação. E é nesse campo de comunicação que se estabelece os distintos cruzamentos entre história e comunicação, situando esses ofícios, seria negligente por parte do historiador não ocupar esses espaços midiáticos de difusão histórica em diversos estilos como: literatura, jornalismo, cinema, internet, YouTube e televisão.

O desejo dos historiadores de aproximar a história de seus públicos não é novo, aliás: remete, por exemplo, aos *Annales*, pela participação de historiadores em programas de TV que tentaram popularizar a história nas décadas de 1970 e 1980 (Barbosa, 2016, *apud* Ogassawara; Borges, 2019, p. 43).

Claramente, identificamos o desejo de difundir um conhecimento histórico de maneira integrada desde o século XX, no entanto, somente na contemporaneidade investiu-se na publicização científica.

Nesse processo de produção ativa de conhecimento histórico, não basta apenas lançar as produções, mas inferir do leitor, ao passo que o público é identificado, seus repertórios culturais preferidos. Assim, o historiador pode explorar com mais destreza o polo de produção, analisar a linguagem mais adequada, construindo um espaço de agregação para o expectador/leitor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo da análise empreendida, demonstrar que a qualidade do registro histórico está na sua criticidade e não na efemeridade instantânea. Assim, a “operação historiográfica” enfatizada por Michel de Certeau é a arte de patentear a prática investigativa da historiografia.

E que o ofício do historiador frente as novas patentes empreendidas pelas mídias é se posicionar centralmente e ocupar também esses espaços de saberes construídos coletivamente, a partir da democratização dos acervos, levando conhecimento de qualidade a um leque de audiências.

Ao longo deste estudo, refletimos também sobre as apropriações midiáticas, através da incorporação de saberes históricos já construídos, e agora divulgados em meios editoriais apenas com uma nova roupagem com recorrentes problemas teóricos - metodológicos. A historiografia é uma arena de disputas vigorosas, principalmente depois que o passado ganhou *status* mercadológico e é posto em vitrine. No contexto de entretenimento, há um grande perigo de cair no anacronismo, devido à falta de sistemas interpretativos e exame crítico.

É fato que a história faz parte de um lugar social e que isso atua na sua elaboração, pois a fonte, o recorte e análise do objeto de estudo possui o olhar do historiador, todavia ele interroga o passado munido de objetividade, para que sua produção não seja comprometida pelos seus desejos ideológicos. E nem apresente como produto uma verdade absoluta, mas sim uma perspectiva fruto de suas interpretações balizada pelas fontes disponíveis.

Em larga medida, tais reflexões levam-nos a afirmar também que a revista, ao abordar Vargas, nos impõe um dever de memória, já que foi o único ex-político que desfrutou de uma coleção especial especificada como “História Viva Grandes Temas”, nos 50 anos de sua morte nas páginas do editorial.

Portanto, a historiografia não deve ser focada exclusivamente no mercado, pois o ofício do historiador corre o risco de ser banalizado e qualquer leigo se apropriar de sua profissão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Uma política externa ambígua. **Revista História Viva**, 2004. p. 50 - 55.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 23 - 104.

DECCA, Edgar. Um homo politicus na era das massas. **Revista História Viva**, 2004, p. 16 -21.

DIAS, Bibiana Soldera. O mito de Vargas. **Revista História Viva**, 2011, p. 62 -65.

FONSECA, André Azevedo da; VARGAS, Raul H. Osório. Fato, trama e narrativa: um diálogo entre o jornalismo e a historiografia. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29., 2006, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2006.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Sobre tempos digitais: Tempo Presente, História e Internet. In: GONÇALVES, Janice. **História do tempo presente: Oralidade - memória - mídia**. 1. ed. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr./jun. 2018. p. 510 - 539.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MENESES, Sônia. **A operação “midiográfica”**: Lugares, fazeres e problemas na produção do conhecimento midiático. In: Encontro de História, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212884750_ARQUIVO_AOPERACAOMidiograficacompleto.pdf Acesso em: 16 Nov. 2019.

NASTARI, Alfredo. **Conversa sobre a publicação “História Viva”**. Bate-papo com convidados do Portal Uol publicado em 03 de novembro de 2003. Disponível em: <http://tc.batepapo.uol.com.br/convidados/arquivo/midia/alfredo-nastari-publisher.jhtm>. Acesso em: 14 novembro 2019.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 80, 2019, p. 37 - 59.

SANTHIAGO, Ricardo. **Outras vozes pela cidadania - Aspectos da interação leitor/publicação no espaço de cartas do leitor**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

Trabalho submetido em: 5 set. 2024.

Aceito em: 28 nov. 2024.



Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do
Norte - Ceará - CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/).



proex.ufca.edu.br

periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335